

# Das línguas na história: “Upatakon (nossa terra)”

Maria do Socorro Pereira Leal (UFRR)

## Resumo

*Este artigo tem como questão central o funcionamento da expressão “Upatakon (nossa terra)” em manchetes do jornalismo online sobre a disputa pela terra entre índios e brasileiros. Consideramos alguns aspectos da relação entre a língua oficial do Brasil e uma língua indígena ao se denominar em língua macuxi o trabalho policial para retirar os brasileiros da terra indígena. A reflexão tem como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1969, 1975; ORLANDI, 1990, 1999).*

**Palavras-chave:** *Análise do Discurso; língua portuguesa; língua indígena; índios.*

Neste trabalho, apresentaremos uma análise da língua enquanto forma material (ORLANDI, 1999), ou seja, a língua em seu imprescindível entrelaçamento com a história forjando a possibilidade do equívoco. Essa reflexão é assim possível por adotarmos como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso, conforme proposta por Pêcheux (1993 [1969], 1997 [1975], dentre outros) e, aqui no Brasil, por Orlandi (1990, 1999, dentre outros). Para este artigo também nos valeremos das proposições de Guimarães (2000, 2005).

Em pesquisa de doutoramento, analisei textos acerca da disputa pela terra entre índios e brasileiros em um arquivo constituído por escritos divulgados *online*, e oriundos de três diferentes instâncias: foram compiladas manchetes jornalísticas, cartas abertas de grupos políticos e cartas de associações indígenas de Roraima. Desse conjunto, para este trabalho restrinjo-me às manchetes jornalísticas e, mais especificamente, enfoco a denominação dada a uma intervenção policial cuja finalidade era auxiliar na retirada de brasileiros da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. No que se apresenta como notícia objetiva e neutra, discutiremos o embate na construção de sentidos, construção na qual também está funcionando o fino jogo estabelecido pela língua indígena, incrustada na língua oficial do Estado brasileiro, ao se denominar o trabalho policial “Operação *Upatakön*”.

Passo a situar brevemente o fato que foi objeto das manchetes jornalísticas aqui analisadas.

Desde abril de 2005, logo após a terra indígena Raposa Serra do Sol ter sido homologada, a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança passaram a ser mobilizadas em nome do Governo Federal e enviadas a Roraima sob a justificativa de manutenção da paz entre índios e não índios. Ou, em outros termos, a “Operação *Upatakön*” foi dada como necessária para garantir que se efetivasse o decreto assinado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça. Essa intervenção teve três “edições”, sendo que a terceira perdurou por mais de um ano e meio (de março de 2008 até o final de outubro de 2009), operação cujo corpo chegou a ser constituído por quinhentos policiais.

Um momento dos mais críticos da investida dessas forças policiais pode ser situado em 2008. O mês de abril, bastante conturbado, foi marcado, por um lado, pela intensificação da pressão dos índios para que os fazendeiros desocupassem suas terras e, por outro, os adversos à forma como a homologação fora realizada – *em área contínua* – tentavam, de diversas formas, revogar essa decisão. A título de exemplo, os fazendeiros que cultivavam arroz na terra indígena organizaram manifestações na capital (Boa Vista), interditaram estradas e queimaram pontes para impedir a entrada dos policiais nas fazendas situadas nas terras indígenas em questão. Ao lado disso, sobressaiu um enfrentamento explícito no âmbito da lei entre o governo de Roraima e o Governo Federal

em torno da manutenção ou não da força policial para retirar os fazendeiros. Vale registrar que, no final do mês de abril, houve um episódio de grande violência: dez índios foram feridos na terra Raposa Serra do Sol – oito deles foram baleados – e, como acusados, foram presos o prefeito de Pacaraima, dez de seus funcionários, além de seu filho.<sup>1</sup>

Para a análise das manchetes, inicialmente observamos que, com a Constituição de 1988, a Língua Portuguesa passa a ser em relação ao Estado – língua oficial do Estado brasileiro, não mais à nação segundo se verificava nas constituições anteriores. Ao lado disso, ao formular o reconhecimento das línguas indígenas, tem-se que a Língua Portuguesa é oficial, mas não é única. Vale ressaltar que, com esse gesto, autoriza-se constitucionalmente saber que no Brasil são praticadas em torno de 200 línguas. O Brasil é, pois, um país multilíngue. (GUIMARÃES, 2000). A isso se soma outro fator que altera o “espaço de enunciação” no Brasil, conforme propõe Guimarães (2005): em 1988 a individualidade do índio deixa de ser ignorada, ou seja, garante-se que cada índio em particular – sem a obrigatoriedade do coletivo –, seja reconhecido enquanto aquele que pode ingressar em juízo, legalmente. No entanto, o modo de distribuir as línguas em relação – o “espaço de enunciação” – funciona pela desigualdade com que as línguas são distribuídas para seus falantes. E isso intervém afetando o funcionamento de cada uma dessas línguas.

No tocante às línguas indígenas, elas são reconhecidas como línguas dos índios sem que isso altere a representação da língua do/para o Estado. Há *uma* língua em que o cidadão brasileiro deve se expressar, a língua oficial do Estado, a Língua Portuguesa. Com isso, o Estado reserva às línguas indígenas poderem ser “elementos de caracterização dos índios” e, sobretudo, não poderem ser faladas “enquanto elemento de política de Estado.” (GUIMARÃES, 2000, p. 178)

Vale notar um dado posterior a essa reflexão: atualmente no Brasil há dois municípios em que línguas indígenas foram estabelecidas como línguas cooficiais. E isso somente foi possível na última década: em 2002, em São Gabriel da Cachoeira (AM), as línguas indígenas *Nheengatu*, *Tukano* e *Baniwa* passaram ao status de cooficial. E, mais recentemente, em 2010, o *Guarani* passou a ser segunda língua oficial do município de Tacuru (MS). Atualmente, podemos, então, observar que, à exceção dessas quatro línguas, o Estado brasileiro reserva às demais línguas indígenas – estimadas em torno de cento e oitenta – poderem ser “elementos de caracterização dos índios” e, sobretudo, não poderem ser faladas “enquanto elemento de política de Estado.” Ou seja, ainda não estamos distante do que concluiu Guimarães (2005, p. 178) ao dizer que “não existem no Brasil enquanto seres falantes” os índios ou quaisquer outros que falem uma língua que não a portuguesa.

<sup>1</sup> Esse prefeito, que ficou conhecido como líder dos arroteiros, foi eleito deputado federal de Roraima (DEM), obtendo o segundo maior número de votos entre os que compõem a atual legislatura (2011 - 2015).

Além disso, para refletir sobre a seleção de uma língua indígena para denominar uma intervenção cuja finalidade é retirar os brasileiros da terra indígena, cumpre também observar que, sobre o Brasil e a língua que nele se fala, ainda labora o imaginário de unidade linguística, mecanismo comum à construção das identidades nacionais modernas. No caso brasileiro, ecoa forte o que nos diz que no Brasil só se fala uma língua, a Língua Portuguesa. Aspecto esse que computa sumariamente na relação entre as línguas no espaço brasileiro de enunciação.

Nesse sentido, vale notar que o jornalismo dito de referência, ao pôr em circulação a língua oficial, constitui-se e institui e recorta determinados leitores no espaço de enunciação brasileiro que, como vimos, possui natureza política e existe sob o signo da desigualdade. Assim, o que se estampa como manchete não escapa a esse funcionamento político. É considerando esse funcionamento que, em lugar de harmonia, mais se põe em relevo o embate instaurado entre línguas, embate cujo teor a tradução não pode aplacar. Ou seja, não pressupondo um claro saber oferecido na relação entre os termos das línguas, pode-se questionar: *Upatakon* faz saber o quê e a quem? O que vai sendo necessariamente silenciado ao se dizer em uma língua e não em outra – ao se denominar em macuxi em detrimento do português?

Inicialmente, no processo pelo qual se nomeia a operação *Upatakon*, pode-se levantar que a direção em que a tradução se realiza parte de “nossa terra” para *Upatakon*, não o contrário, posto que a língua portuguesa é a língua oficial do Estado. Dessa forma, com a/pela nomeação em língua indígena, o Estado desfaz o gesto que fizera outrora, com seus diversos atos de política linguística que, como se sabe, culminam com a imposição do uso exclusivo da língua portuguesa, em 1757, pelo *Édito dos Índios*, do Marquês de Pombal. Como diz Mariani (2003), em reflexão sobre o processo por ela denominado “colonização linguística”: “No caso da colonização linguística brasileira, a política linguística estabelecida pelo *Diretório dos Índios* e a ação de Pombal constituem elementos cruciais no processo de apagamento das línguas indígenas e da língua geral. Estas línguas foram ficando cada vez mais ausentes da construção discursiva que oficializa uma história da colonização e, também, da história da própria língua portuguesa no Brasil.” (MARIANI, 2003, p. 8. Grifos nossos.)

Em *Upatakon*, nomeação compreendida como gesto político-linguístico de Estado, podemos pinçar o trajeto oposto ao que foi instituído pelo “processo de apagamento das línguas indígenas”, forjadas de modo que permaneceram fora da história oficial sobre a(s) língua(s) no Brasil. Assim sendo, o movimento de nomeação em língua indígena funciona em relação a esse processo histórico. Ou seja, é em relação ao apagamento das línguas indígenas em nossa história que *Upatakon* rende existência ao que se registra, em língua portuguesa, no texto constitucional de 1988.

Mais que isso, queremos acentuar que na formulação *Upatakon* são os índios que dizem “nossa terra”, pois, como nos foi dado saber desde a homologação em 2005, aqueles que podem dizer “nossa terra” em relação à Raposa Serra do Sol são somente os índios das cinco etnias que lá vivem: Ingarikó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana. Isso, se se quer remeter aos aspectos legais por um corte cronológico mais recente. Pela referência assim construída para o que a tradução nos indica pelo pronome possessivo ‘nossa’, dá-se voz *exclusiva* aos índios. Com *Upatakon*, se o Estado toma a voz é para os índios dizerem, ou melhor, no que o Estado diz *Upatakon* não é mero discurso *sobre*, como tem costumado ser quando se trata dos índios no Brasil. (ORLANDI, 1990)

É por ser em língua indígena que *Upatakon* suporta o gesto de expulsão dos brasileiros que teimavam em permanecer na Raposa Serra do Sol. E isso não se deixa reduzir a simples mecanismo de tradução para bem informar os leitores das notícias sobre a disputa pela terra: é línguas-e-história. Estar/Ser em uma ou outra língua é mobilizar sentidos que se constituem em duas diferentes Formações Discursivas. Ou seja, *Upatakon* condensa aquilo que pode e deve ser dito pelos índios ao passo que em “nossa terra” outra é a determinação: brasileiros são os que podem e devem assim dizer.

Pelos aspectos que levantamos, especialmente pelo gesto inverso do Estado em relação às línguas indígenas, propomos que há pistas para outra redivisão, diferente da que propõe Guimarães (2000, 2005), quanto ao espaço de enunciação brasileiro. Há nesse gesto de nomeação um movimento que, embora possa parecer singelo e de pouca monta, pode apontar uma agitação de sentidos, o que se efetua pelo gesto reverso empreendido pelo Estado, rompendo – de fato – a proibição do uso de quaisquer línguas indígenas no Brasil. Revela-se plausível que a língua indígena pode, sim, ser falada “enquanto elemento de política de Estado”, contrariamente ao que foi praticado durante séculos. Articulando a partir do que nos ensina Pêcheux (1993), a língua pôde vir a ser outra. Da perspectiva da Análise do Discurso, o fato de poder assim denominar o trabalho policial não é da ordem da língua enquanto estrutura, mas desse mecanismo em uma conjuntura sociopolítica específica, que, no Brasil, produz-se na desigualdade do “entre línguas”, como vimos.

A despeito disso, como sabem os analistas do discurso, os sentidos não se constituem isoladamente, mas “em relação a”. Como afirma Orlandi (1999), retomando Pêcheux, “Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas. (...) As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. (ORLANDI, 1999, p. 42-43)

No caso em questão, urge destacar que a nomeação em língua indígena é dada em um complexo com outras relevantes construções discursivas de referência, mesmo que só nos atenhamos aos termos e expressões que com *Upatakon* circulam no espaço do jornalismo *online* sobre disputa da terra entre índios e brasileiros. Vejamos um pouco desse funcionamento.

Um dos elementos fundamentais dessa trama de sentidos é, certamente, o modo como os sentidos do termo 'Roraima' são construídos. Considerando o conjunto das manchetes, organiza-se uma totalidade harmônica entre o governo e todos os que vivem no estado, uma unidade cuja demanda é inequívoca e certa.<sup>2</sup> Permeiam as manchetes que é "Roraima"/ "Governo"/ "Governador de Roraima" que "pede a Lula que PF saia de reserva", que "pede no STF suspensão da Operação *Upatakon 3*", que "entra com ação para paralisar operação da PF em reserva indígena" ou que "pede liminar no STF para suspender operação em reserva".<sup>3</sup> Por esse modo de anunciar, os que vivem no estado e sua representação política são apresentados como um único bloco de idênticos, sem dissonância e, assim, se delinea o interesse comum pela suspensão da Operação *Upatakon*. Ou seja, o jornalismo não concebe existência fora dessa comunhão plena quanto a extirpar o que ratificaria a terra como posse dos índios (através da retirada dos fazendeiros da Raposa Serra do Sol). Diante disso, urge questionar isso que se apresenta como homogeneidade unânime do querer: onde restam os milhares de índios que têm lutado pela demarcação/homologação da Raposa Serra do Sol por mais de três décadas? Enfim, onde restam os não índios que também compartilham o princípio de que a terra pertence, por direito, aos índios? Como significam em relação a Roraima os que exigem a retirada de qualquer um que não seja índio da terra Raposa Serra do Sol?

Como parte dessa rede de sentidos, observamos que, em 2009, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, qual seja, a ratificação da extensão em área contínua decretada em 2005 para a terra Raposa Serra do Sol, o prazo estipulado para a saída dos fazendeiros vai sendo circunscrito como artifício faltoso de normas e tempo necessários para ser uma obra exequível. Torna-se manchete que "Deputados pedem *maior prazo* para desintrusão"; "Deputados pedem *regras* para saída de reserva em RR"; "Comissão da Câmara deve pedir ao STF *prazo maior* para a saída de não índios"; "Arrozeiro pede *mais prazo* para deixar reserva em Roraima".<sup>4</sup> De modo geral, por essa forma de apresentar a situação – restrita pelas manchetes jornalísticas às solicitações de dilatação do prazo –, o cerne da questão do direito dos índios à posse da terra no Brasil e o processo de luta pela efetivação desse direito é deslocado para outro aspecto cujo fundamento são os brasileiros, não os índios. Por tal deslocamento é que se pode dizer de *prazo* e que se pode qualificá-lo como abreviado, não razoável, enfim,

<sup>2</sup> Nesse sentido, remetemos a LEAL (2011), pesquisa de mestrado em que investigamos o funcionamento da expressão "o povo roraimense".

<sup>3</sup> Essas manchetes são de abril de 2008, da Folha Online (04 e 08/04/2008. [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)), da Folha BV (07/04/2008. [www.folhabv.com.br](http://www.folhabv.com.br)) e do G1 (09/04/2008. [www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com)).

um prazo que torna impraticável a saída dos fazendeiros da terra indígena.

Com isso, transcorre como natural que não haja manchete para fazer lembrar que a Raposa Serra do Sol fora homologada há quatro anos e que, na ocasião, a todos os não indígenas foi dado o prazo de até um ano para saírem da região. Considerando o funcionamento da memória do/no jornalismo, sempre tornando a si mesma, como pôde escapar das manchetes o fato de que há um limite cronológico sendo distendido desde abril de 2006? E, frente à solicitação de regras para tal saída, as manchetes não poderiam remeter à Constituição Brasileira como norma quando estipula os direitos indígenas à terra?

Ao lado disso, no que tange aos políticos e fazendeiros, eles são positivamente distintos em torno da ação implicada pelo verbo repetido nas manchetes dos sítios jornalísticos (de Roraima, de São Paulo, do Rio de Janeiro): eles são projetados na posição dos que “pedem” prazo, o que aponta aquiescência e disposição favorável quanto à saída da terra indígena. Por esse viés da solicitude, o que é posto em evidência não é uma possível intransigência ou mesmo má vontade. Sobretudo, não há pistas nas manchetes que sinalizem os fazendeiros como transgressores da lei ao permanecerem na terra Raposa Serra do Sol. Não há palavra aí que os desabone como ilegítimos na terra indígena.

Da perspectiva da Análise do Discurso, podemos dizer que tal funcionamento não é sem estabelecer relação com sentidos opostos sobre os políticos e fazendeiros, sentidos postos em circulação fora da esfera do jornalismo dito de referência, admissíveis de serem articulados em outra Formação Discursiva. Enfim, certo é que, em não se trazendo esses aspectos como notícia – ou seja, silenciando sentidos produzidos tendo os índios como ponto de partida –, são fortalecidos outros sentidos, especialmente a manutenção do direito à propriedade da terra pelos brasileiros em detrimento do direito à posse indígena da terra.<sup>5</sup>

Nesse sentido, depreendemos que a tradução de *Upatakon* para a língua portuguesa foi sempre oferecida no corpo do texto, jamais na manchete, espaço que, conforme ensinam os manuais de elaboração do texto jornalístico, deve privilegiar com precisão o alvo relevante de um conteúdo a ser transmitido. O que se apresenta como “estratégia jornalística” de construção da manchete (LAGE, 2002), só pode aí funcionar como isca de captura do leitor por poder mobilizar desigualmente uma das duas línguas em jogo. São, portanto, sentidos já sedimentados e predominantes como efeito de uma relação dinâmica, desigual, contraditória da conjuntura linguístico-histórica brasileira.

Além de estar alocada fora do limite de destaque da notícia, a tradução pouco comparece. E quando isso ocorre, a expressão fica restrita entre parênteses (nossa terra) ou na estrutura frasal acompanhada de “quer dizer” ou “significa”, sem que nenhuma

<sup>4</sup> Essas manchetes foram publicadas, respectivamente, por Folha BV, 28/04/2009; G1, 28/04/2009; Folha BV, 27/04/2009 e Folha Online, 26/04/2009.

<sup>5</sup> Para uma reflexão com mais vagar acerca do direito à posse e à propriedade da terra, ver LEAL, Maria do Socorro Pereira. Índios & brasileiros: posse da terra *brasilis* nos discursos jornalístico *online*, político e indígena. Tese de doutorado (2011) realizada sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bethania Mariani. Disponível em [www.uff.br](http://www.uff.br).

observação seja dada como necessária sobre essa relação das línguas em questão. Ou seja, tudo se dá como se “*Upatakon* (nossa terra)” não pudesse provocar nenhum mal-estar no leitor. Vejamos em alguns trechos de notícias como se textualiza a relação entre os termos: “operação *Upatakon*, que significa ‘nossa terra’ na língua Macuxi”; “A retirada dos produtores rurais da reserva Raposa Serra do Sol foi batizada com nome de Operação *Upatakon* 3 (Nossa Terra)”; “No interior da reserva, uma das tarefas dos policiais será esclarecer a população sobre o objetivo da *Upatakon* – expressão da língua macuxi que significa ‘nossa terra’”; “O nome *Upatakon* na língua Macuxi quer dizer ‘nossa terra’”; “A Operação *Upatakon* I (que significa nossa terra, na língua Macuxi)”<sup>6</sup>.

Diante da pouca frequência da tradução, certamente algumas hipóteses podem ser levantadas, considerando a presença corriqueira de termos de outras línguas na língua portuguesa. Seria o caso de esse termo da língua macuxi ter sido apropriado pelos falantes e englobado à língua portuguesa? *Upatakon* teria se tornado inteligível para os falantes do português e sua tradução, desnecessária e obsoleta? Com *Upatakon* ocorreria processo semelhante a, por exemplo, *coffee break*, *paper*, *menu* ou mesmo *damurida*<sup>7</sup> (em Roraima)? Não parece ser esse o caso. A despeito da clareza e objetividade apregoadas pelo dizer jornalístico, da perspectiva discursiva ressaltamos que é da posição de filiação a dada língua – a portuguesa – que o jornalismo institui seu dizer como óbvio para si e seus leitores. Ou seja, dispor a língua indígena na manchete como se o macuxi circulasse como transparente para os pretensos leitores não é dar ênfase positiva a essa língua. Antes, destacamos o apagamento daquilo que tão-somente o macuxi possibilita, conforme já mencionamos: a expulsão dos brasileiros das terras indígenas.

Nesse sentido, simultaneamente à raridade da tradução de *Upatakon*, observamos que o emprego do termo também foi sendo substituído. Assim, onde se poderia dizer Operação *Upatakon* diz-se “Força Nacional se une à PF”, “Federais e Força Nacional” ou simplesmente “PF”. Com isso, o que se mostrar é o deslizamento de uma língua pela outra, mecanismo carregado de sentidos na formação social brasileira, como já vimos apontando antes. Não obstante, não se dizendo mais *Upatakon*, foi possível estampar como manchete, em 2009, após todas as ratificações da posse indígena da terra: “*Fazenda de Quartiero* será desocupada em condição de terra arrasada”. (www.folhabv.com.br, 30/04/2009). Frente a esse enunciado, em perfeitas condições de gramaticalidade e de aceitabilidade, o que nos intriga, portanto, é de outra ordem: a do discurso, cuja propriedade diz respeito ao funcionamento da língua na história, nas relações com outros textos, outra memória, outros sentidos.

Assim, na naturalidade da formulação “fazenda de Quartiero” está necessariamente esquecido que a referida fazenda

<sup>6</sup> As manchetes são, respectivamente dos sítios www.g1.globo.com, 18/04/05; www.folhabv.com.br, 05/09/2007; www.g1.globo.com, 11/04/08; www.folhabv.com.br, 26/02/2008; www.folhabv.com.br, 01/03/2008.

<sup>7</sup> Prato do cotidiano dos índios Macuxi, Wapixana, Taurepang preparado à base de peixe cozido no tucupi (líquido extraído da mandioca) e pimentas diversas (murupi, olho-de-peixe, malagueta, trótróimû, canaimê, conforme a época e região) usadas em quantidade bem acima do usual para os não índios. Além disso, folhas de pimenta malagueta fazem parte do caldo.



situa-se na Raposa Serra do Sol, terra declarada indígena em todas as instâncias legais cabíveis, inclusive pelo STF, um mês antes da publicação dessa manchete. Da perspectiva do que não foi lembrado, seria possível dizer, por exemplo, que “a terra *dos* índios volta maltratada a seus legítimos donos”. Mas, essa provável construção, também em perfeitas condições de gramaticalidade e de aceitabilidade semântica, é impedida de vir a ser manchete, porta sentidos “fora do lugar”, por assim dizer. Assim, é pela presença de certas manchetes, mas também pela ausência de outras, que determinados sentidos ganham existência e passam a ser formulados (oferecidos-e-recebidos) já habitando um “natural” do dizer.

Como se sabe, há muito se formula a garantia da posse indígena da terra *brasilis*, mas esses dizeres não têm circulado com tanto vigor, nem se têm traduzido em fato inequívoco no funcionamento social, como mostra a continuidade dos embates pela terra entre índios e brasileiros: permanece a instabilidade, a disputa dos sentidos, a exemplo do que se verifica em torno da textualidade das diversas leis. Diante disso, ao jornalismo não cabe a prerrogativa de eximir-se do que é inerente ao funcionamento da língua: é mesmo ao fazer o que diz ser uma escolha neutra em prol da informação objetiva que ele se encontra no político da língua, já tomando partido, inclusive, quanto ao embate das línguas que são praticadas no Brasil.

### **Abstract**

*This paper has as its main issue the expression “Upatakon (our land)” in headlines of the online journalism about the dispute of land between Indians and Brazilians. We analyze some aspects of the relation between the official language of Brazil and the Indian language to denominate in Macuxi language the police work to remove the Brazilians out of the indigenous land. This work is based on the Discourse Analysis theoretical framework, as explained in works of Michel Pêcheux. (PÊCHEUX, 1969, 1975; ORLANDI, 1990, 1999).*

**Keywords:** *Discourse Analysis; portuguese language; indian language; Indians.*

### **REFERÊNCIAS**

GUIMARÃES, Eduardo. Língua de civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, Diana L. P. de (Org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000.

- \_\_\_\_\_. Apresentação Brasil: país multilíngue. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, jun. 2005.
- \_\_\_\_\_. A Língua Portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, SBPC, 2005.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2002.
- LEAL, Maria do Socorro P. *Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense*. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Índios & brasileiros: posse da terra *brasilis* nos discursos jornalístico online, político e indígena*. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Ed. da Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Colonização linguística*. São Paulo: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Políticas de colonização linguística*. 2003. Disponível em [http://w3.ufsm.br/revistaletas/artigos\\_r27/revista27\\_7.pdf](http://w3.ufsm.br/revistaletas/artigos_r27/revista27_7.pdf)
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista*. São Paulo: Cortez; Ed. da Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1993.
- \_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. São Paulo: Pontes, 1999.